



República Federativa do Brasil  
Ministério das Relações Exteriores  
1ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites



## RESUMO HISTÓRICO



República Federativa do Brasil  
Ministério das Relações Exteriores  
1ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites



### 3.0 - RESUMO HISTÓRICO

No século XIX começa a se definir a fronteira entre o Brasil e o Peru, quando em 1851 os governos desses países assinaram o **Tratado de Comércio, Navegação e Limites** que, em seu artigo 7, estabelecia a povoação brasileira de Tabatinga como limite entre ambos. Dessa localidade, em direção ao norte, a fronteira seguiria em linha reta até encontrar o rio Japurá, em frente à foz do rio Apapóris. De Tabatinga para o sul a fronteira seguiria o leito do rio Javari. Por esse tratado também se criavam as comissões de fronteira brasileira e peruana.

Em 1858 foi firmada uma convenção que determinava o prazo de um ano para ser realizada a primeira reunião de uma comissão mista brasileiro-peruana, com a finalidade de proceder à fixação dos limites entre Brasil e Peru.

Apenas em 1861, porém, o governo imperial foi comunicado sobre a intenção peruana de constituir comissão, estabelecendo por sua vez também a comissão brasileira.

Em função disso, à época foram emitidas as *Instruções para o Comissário do Governo Imperial, Encarregado da Demarcação da Fronteira do Brasil com o Peru, na conformidade do Tratado de 23 de outubro de 1851*.

Essa comissão entretanto acabou sendo dissolvida, pelo fato de não se haver reunido com a comissão peruana até 1864, conforme havia sido estipulado.

Somente em 1865 o Império brasileiro constituiu uma nova comissão de limites, ao saber que se encontrava a caminho D. Francisco Carrasco, novo chefe da comissão peruana. Este último viria substituir D. Ignácio Mariátegui, que viera até Belém, sem contudo iniciar trabalhos de demarcação por não achar o momento oportuno para isso. Mariátegui de fato chegara a ser convidado para os trabalhos, pelo então chefe da comissão brasileira, José da Costa Azevedo, que inclusive lhe mostrara cópia das acima mencionadas *Instruções*.

No período entre o final de 1865 e o início de 1866 a comissão mista se reuniu, ao longo de seis conferências preliminares. Nelas procurou-se definir as principais diretrizes sobre reconhecimento e demarcação da fronteira brasileiro-peruana e já em maio de 1866 a comissão mista partiu de Belém para os primeiros trabalhos de campo.

Essa etapa inicial foi marcada por muitos contratemplos e a comissão mista acabou deixando de receber a colaboração de importantes autoridades brasileiras e peruanas, que morreram em campanha ou ficaram gravemente feridas, devido a ataques de índios. Ainda assim foi possível fixar



República Federativa do Brasil  
Ministério das Relações Exteriores  
1ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites



marcos no igarapé Santo Antônio e postes provisórios nos rios Içá e Japurá, além de também explorar centenas de milhas no rio Javari.

Em 1871 foram reiniciadas as reuniões da Comissão Mista, com vistas a dar prosseguimento aos trabalhos interrompidos em meados de 1867. Houve uma série de oito conferências, com participação de Antônio Luiz Von Hoonholtz, novo Comissário do Império. Discutiram-se diretrizes preliminares e execução dos trabalhos de demarcação em curso. Nesse período, finalmente foram demarcados em caráter definitivo o extremo norte da linha Tabatinga - Apapóris e sua intersecção com o rio Içá.

Em 1904 os governos brasileiro e peruano assinaram acordo para fixar limites desde a nascente do rio Javari até a linha de 11 de latitude sul, neutralizando assim os territórios compreendidos pelas bacias do Alto Juruá e Alto Purus, até que novas negociações permitissem um ajuste definitivo sobre a questão de limites. Foram ainda criadas duas comissões mistas para explorar ambos os rios até suas nascentes. Nessa negociação o Brasil foi representado por Bellarmino Mendonça e Euclides da Cunha.

Visando concluir definitivamente a linha de limites, assinou-se em 1909 um tratado que, além de completar a determinação das fronteiras ainda estabelecia princípios gerais sobre comércio e navegação na bacia do Amazonas.

Com base nesse tratado e no Protocolo de 1913, constituiu-se a Comissão Mista Brasileiro-Peruana Demarcadora de Limites, na qual a seção brasileira foi chefiada por Antônio Alves Ferreira da Silva, e a peruana por Arthur J. Woodroffe. Cabia-lhes proceder aos trabalhos de fixação de limites entre as nascentes do rio Javari e o ponto do rio Acre onde começava a fronteira peruano-boliviana.

Esses trabalhos de demarcação foram realizados entre 1913 e 1927, com período de interrupção de 1914 a 1920.

Em 1925, devido ao acordo resultante do litígio em que se envolveram Peru e Colômbia, ao disputar terras a oeste da linha reta que une a região das nascentes do igarapé Santo Antônio e o rio Japurá, em frente à foz do rio Apapóris, o Peru deixou de fazer fronteira nesse trecho, passando o mesmo à Colômbia, conforme registro na Ata Tripartite assinada em Washington, pelos governos brasileiro, peruano e colombiano.

Dessa maneira, a nova fronteira brasileiro-peruana ficou compreendida entre o rio Amazonas e o rio Acre (confluência com o arroio Yaverija) e teve instalados 86 marcos, numa extensão de 2.995 quilômetros.

Concluída a demarcação, encerraram-se definitivamente os trabalhos da comissão mista, conforme a Ata da 25ª Conferência, de 13/09/1927. E, por ter caráter temporário, a Comissão brasileira foi dissolvida.



República Federativa do Brasil  
Ministério das Relações Exteriores  
1ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites



Na prática, isso resultou no quase completo esquecimento dessa fronteira, durante mais de meio século, pois tanto o Brasil quanto o Peru encontravam-se agora privados de organismos competentes para avaliar as necessidades de trabalhos técnicos em sua área em comum. Disso resultaram vários casos de invasões mútuas, involuntários ou não, devido ao abandono e ao próprio desconhecimento de determinadas localidades na fronteira que terminaram descaracterizadas pelo desaparecimento de marcos deteriorados pelo tempo, ou levados pelas periódicas enchentes dos rios amazônicos, a exemplo do que ocorreu na área do rio Chandless, nos anos 80, quando algumas famílias peruanas terminaram inadvertidamente se estabelecendo em terras brasileiras, próximas ao marco 13 .